



Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

Relatório Descritivo
Pesquisa do Perfil Organizacional das
Delegacias Especializadas de
Atendimento à Mulher
(2003 a 2005)

Abril / 2007

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Distribuição Espacial das DEAMs.....	4
Distribuição das DEAMs segundo Tipo	6
PARTE A – Funcionamento da Delegacia	6
A.1. Existência de Plantão 24 Horas	6
A.2. Existência de Verba Própria de Manutenção	6
PARTE B – Estrutura Física.....	7
PARTE C – Recursos Humanos	8
PARTE D - Capacitação	8
PARTE E – Recursos Materiais Convencionais.....	11
E.1. Equipamentos.....	11
E.2. Interligação da Delegacia com Rede de Informática, Internet e INFOSEG.....	11
PARTE F – Custódia de Presos	12
F.1. Existência de Carceragem.....	12
F.2. Atividade de Custódia de Menor Infrator	12
F.3. Capacidade da Carceragem e População Carcerária.....	13
PARTE G – Articulação com a Rede de Atendimentos.....	14
PARTE H – Ações de Polícia Judiciária	15
Conclusão	17

Apresentação

Este relatório é o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com a finalidade de diagnosticar as condições de funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em todo o país. Como parte de um esforço do governo federal em atender as demandas emergenciais para formulação de políticas públicas direcionadas à promoção das igualdades de gênero e prevenção às violações e delitos contra as mulheres, a Pesquisa do Perfil Organizacional das DEAMs busca preencher uma lacuna historicamente presente no Brasil, que é a escassez ou irregularidade de informações sobre a incidência da violência contra mulher e o acolhimento da mulher vitimada.

Tendo em vista seu papel no processo de repressão e prevenção aos crimes que têm como vítimas as mulheres, as DEAMs devem compor uma rede especializada de atendimento envolvendo os sistemas de justiça criminal, os sistemas públicos de saúde e organizações não governamentais. Dessa forma, o primeiro levantamento de informações sobre as Delegacias de Especializadas de Atendimento à Mulher, realizado em 2003, representou um primeiro passo na consolidação deste sistema, que prevê, como próximos projetos a serem concretizados, a realização sistemática de pesquisas nacionais de vitimização e uma análise mais abrangente do fluxo do sistema brasileiro de justiça criminal.

Atualmente, estamos na terceira versão da Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias de Atendimento à Mulher abrangendo os anos de 2003 a 2005, cujas informações constituem o objeto de análise deste relatório. Neste diagnóstico, são comparados os dados coletados nos três anos de vigência da pesquisa no que se refere às seguintes temáticas:

1. Funcionamento da Delegacia: existência de plantão 24 horas, existência de verba própria de manutenção e suficiência da verba para cobrir as despesas de manutenção da delegacia;
2. Estrutura Física: existência de salas de atendimento especializado para mulheres em situação de violência;
3. Recursos Humanos e Valorização Profissional: número de funcionários existentes, egressos e ingressos na delegacia;
4. Capacitação: oferta de cursos de capacitação ou treinamento pelas DEAMs e número de funcionários capacitados;
5. Recursos Materiais Convencionais: quantidade de veículos, equipamentos de proteção, armamentos e equipamentos de informática existente e acesso à Intranet, à Internet e à Rede Infoseg.
6. Custódia de Presos: existência de carceragem na delegacia, capacidade da carceragem, execução de custódia de menores infratores e população carcerária nas delegacias.
7. Articulação Institucional de Redes de Atendimento: existência de instituições que compõem a rede de atendimento à mulher vitimada na área de atuação da delegacia e qualidade da articulação com essa rede.
8. Ações de Polícia Judiciária: quantidade de atendimentos, registros de ocorrência, termos circunstanciados, inquéritos instaurados, retiradas de queixa e inquéritos encaminhados, bem como número de ocorrências registradas ao longo do ano.

Distribuição Espacial das DEAMs

O número de DEAMs que responderam à pesquisa vem diminuindo nos últimos 3 anos. Em 2003, tivemos a resposta de 290 delegacias. Em 2004, tivemos a resposta de 268 delegacias e, no último ano, tivemos a resposta de 223 delegacias. As regiões onde ocorreram as maiores reduções, considerando-se o número absoluto de questionários respondidos, foram Nordeste e Sul. A distribuição espacial das DEAMs entre as regiões geográficas permaneceu estável. Verificamos um pequeno aumento na concentração de DEAMs na região sudeste e reduções no restante das regiões geográficas.

Tabela 1: Distribuição das DEAMs segundo Região Geográfica (Brasil-2003/2005)

Região Geográfica	DEAMs Responderam a Pesquisa					
	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Região Norte	31	10,69	26	9,70	21	9,42
Região Nordeste	39	13,45	30	11,19	19	8,52
Região Sudeste	157	54,14	147	54,85	134	60,09
Região Sul	47	16,21	47	17,54	35	15,70
Região Centro-Oeste	16	5,52	18	6,72	14	6,28
Total de DEAMs	290	100,00	268	100,00	223	100,00

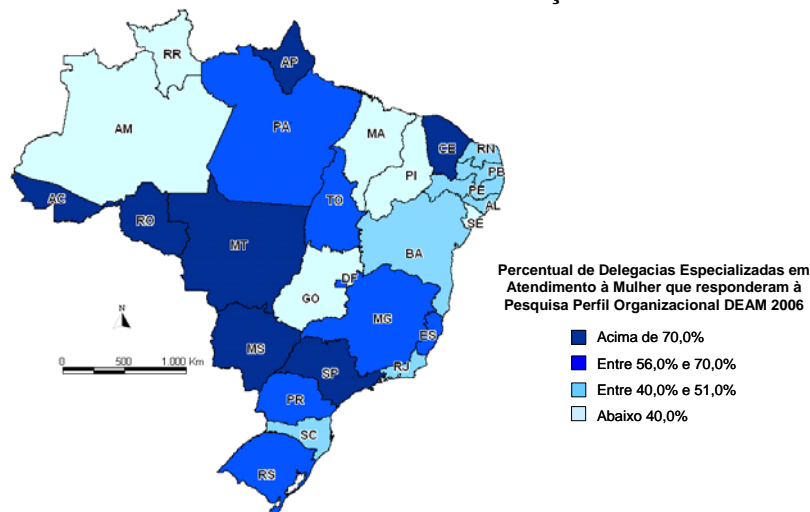
Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Tabela 2: Distribuição das DEAMs segundo Unidade da Federação (Brasil-2003/2005)

Unidades da Federação	DEAMs Responderam a Pesquisa					
	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Brasil	290	100,00	268	100,00	223	100,00
Acre	1	0,34	2	0,75	2	0,90
Alagoas	3	1,03	2	0,75	1	0,45
Amazonas	5	1,72	6	2,24	2	0,90
Amapá	2	0,69	1	0,37	2	0,90
Bahia	3	1,03	3	1,12	2	0,90
Ceará	4	1,38	4	1,49	3	1,35
Distrito Federal	4	1,38	5	1,87	3	1,35
Espírito Santo	7	2,41	6	2,24	6	2,69
Goiás	3	1,03	0	0,00	1	0,45
Maranhão	14	4,83	6	2,24	5	2,24
Minas Gerais	26	8,97	28	10,45	24	10,76
Mato Grosso do Sul	7	2,41	10	3,73	7	3,14
Mato Grosso	2	0,69	3	1,12	3	1,35
Pará	8	2,76	7	2,61	6	2,69
Paraíba	4	1,38	4	1,49	3	1,35
Pernambuco	4	1,38	4	1,49	2	0,90
Piauí	2	0,69	2	0,75	1	0,45
Paraná	13	4,48	8	2,99	6	2,69
Rio de Janeiro	7	2,41	6	2,24	4	1,79
Rio Grande do Norte	2	0,69	2	0,75	1	0,45
Rondônia	6	2,07	6	2,24	6	2,69
Roraima	1	0,34	1	0,37	0	0,00
Rio Grande do Sul	24	8,28	29	10,82	23	10,31
Santa Catarina	10	3,45	10	3,73	6	2,69
Sergipe	3	1,03	3	1,12	1	0,45
São Paulo	117	40,34	107	39,93	100	44,84
Tocantins	8	2,76	3	1,12	3	1,35

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

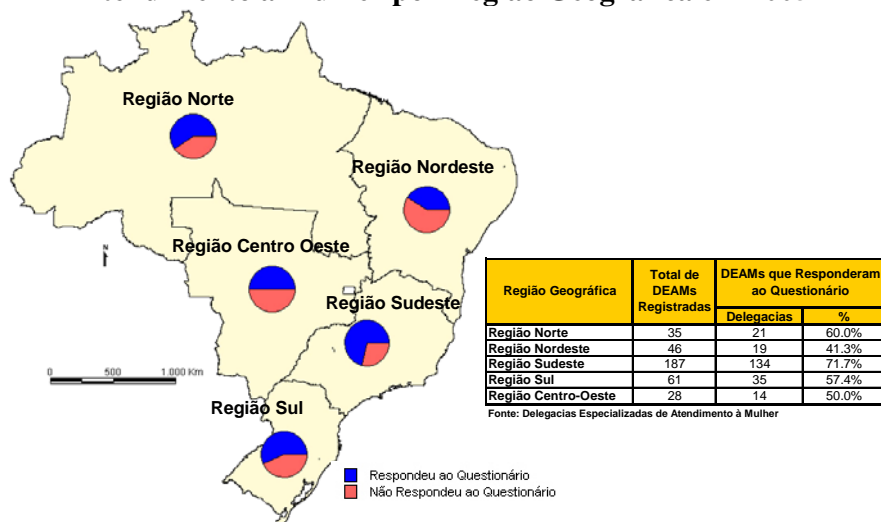
Percentual de Resposta aos Questionários da Pesquisa Perfil das Delegacias de Atendimento à Mulher nas Unidades da Federação em 2005



Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Avaliando a distribuição das DEAMs entre as Unidades da Federação, verificamos que 3 estados concentram 65% das delegacias existentes no país: São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Cabe ressaltar que a redução do número de delegacias corresponde ao fato de que à cada ano um número menor de DEAMs respondeu à pesquisa. Comparando o número de DEAMs cadastradas e o número das que responderam à pesquisa, temos que, para o ano de 2006, apenas os Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, que apresentam um dos menores números de DEAMs, tiveram 100% de cobertura das informações. Nos demais Estados, a cobertura foi bastante heterogênea. O Estado de Rondônia teve 86% de questionários respondidos, seguido pelos Estados de São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Tocantins, Paraná, Pará e Espírito Santo, que retornaram cerca de 60% a 80% dos questionários. O Estado Roraima não encaminhou nenhum questionário, enquanto que os demais Estados apresentaram percentuais de resposta variando entre 50% e 25% de questionários.

Percentual de Resposta Relativas aos Questionários da Pesquisa Perfil das Delegacias de Atendimento à Mulher por Região Geográfica em 2005



Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Distribuição das DEAMs segundo Tipo

Tipo de unidade (delegacia ou posto de atendimento)	Deams que responderam à pesquisa					
	2004		2005		2006	
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
Delegacia especializada da mulher	245	84,5	215	80,2	187	83,9
Posto de Atendimento	28	9,7	31	11,6	19	8,5
Delegacia especializada (outros atendimentos)	17	5,9	22	8,2	17	7,6
Total de DEAMs	290	100,0	268	100,0	223	100,0

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Distribuindo-se as unidades que responderam à pesquisa por tipo, verificamos que os percentuais de delegacias que possuem como denominação a referência exclusiva ao atendimento à mulher manteve-se estável para os três anos de referência, permanecendo em torno do 80% dos respondentes. Cerca de 7% possuem como nomenclatura a referência ao atendimento à mulher e demais atendimentos (crianças, adolescentes, idosos ou “família”). Em média, cerca de 10% dos respondentes constituem-se de postos de atendimento especializado. Em vista da representatividade de DEAMs que participaram da pesquisa em relação às delegacias de atendimento conjugado à criança, adolescente e idoso e aos postos de atendimento, manteremos, quando formos nos referir aos dados coletados na pesquisa, à denominação genérica de DEAM para todas as respondentes.

PARTE A – Funcionamento da Delegacia

A.1. Existência de Plantão 24 Horas

Os três anos de referência da pesquisa demonstram que o percentual de DEAMs que possuem plantão 24 horas permaneceu relativamente estável. Ocorreu um pequeno decréscimo de cerca de 3% no número de DEAMs que possuem plantão 24 horas, entre 2003 e 2005. Aproximadamente duas delegacias em cada dez pesquisadas responderam afirmativamente a esta pergunta.

Tabela 3: Existência de Plantão 24 Horas nas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Existência de Plantão 24 Horas	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	61	21,11	54	20,22	41	18,39
NÃO	228	78,89	213	79,78	182	81,61
Total	289	100,00	267	100,00	223	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

A.2. Existência de Verba Própria de Manutenção

Entre as Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher pesquisadas nos anos de 2003, 2004 e 2005, houve uma grande oscilação no número de delegacias que afirmou possuir verba própria para manutenção das unidades. Entre os anos de 2003 e 2004, houve um decréscimo com relação à existência de tal verba, passando de 6,71% das DEAMs para apenas 2,61%. No ano de 2005, o número de delegacias que contam com verba própria de manutenção aumentou em relação ao ano anterior, aproximando-se do valor existente em 2003.

Tabela 4: Existência de Verba Própria de Manutenção nas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Existência de Verba Própria para Manutenção	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	19	6,71	7	2,61	12	5,43
NÃO	264	93,29	261	97,39	209	94,57
Total	283	100,00	268	100,00	221	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Para o ano de 2005, as verbas próprias de manutenção existentes nas DEAMs cobriram as despesas necessárias para apenas duas das respondentes, o que corresponde a 16,7% das DEAMs que declararam possuir recurso próprio para manutenção de sua unidade. Este foi o maior percentual apresentado em relação aos anos anteriores, já que para o ano de 2003, tal valor foi correspondente 13% das DEAMs e, em 2004, tal percentual decresceu para apenas 9%.

Tabela 5: Verba Própria de Manutenção Cobre Todas as Despesas da DEAM (Brasil-2003/2005)

Verba Própria Cobre Todas as Despesas	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	4	13,33	1	9,09	2	16,67
NÃO	26	86,67	10	90,91	10	83,33
Total	30	100,00	11	100,00	12	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

PARTE B – Estrutura Física

Quanto à existência de salas especiais de atendimento nas DEAMs, destaca-se um acréscimo no percentual de salas de triagem e de assistência psicológica. Em 2005, 77,2% das DEAMs declararam possuir sala de triagem, excedendo os cerca de 70% encontrados na pesquisa de 2003 e os 75% encontrados na pesquisa de 2004. Quanto à existência de salas especiais para assistência psicológica, em 2003 apenas uma em cada três DEAMs pesquisadas declararam possuí-la. Para o ano de 2004, este percentual foi inferior, alcançando apenas 30% das unidades entrevistadas e, em 2005, este percentual voltou a elevar-se para 38% das DEAMs. Com relação ao percentual de salas de orientação jurídica existentes, no ano de 2005 o percentual foi próximo ao do número de salas de assistência psicológica. Em comparação ao ano de 2003, entretanto, este resultado foi um pouco inferior, aproximadamente 41% das DEAMs pesquisadas. Entre os tipos de sala de atendimento especial nas DEAMs, as de assistência social são as menos presentes, mantendo-se uma relativa estabilidade quanto a sua existência para os três anos de referência da pesquisa, presente em cerca de 22% das unidades respondentes.

Tabela 6: Existência de Salas Especiais de Atendimento nas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Salas de Atendimento Especial	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Triagem	190	69,6	175	74,8	146	77,2
Assistência Social	60	24,5	45	21	34	22,3
Assistência Psicológica	80	31,9	64	29,5	64	38,3
Orientação Jurídica	100	40,8	74	34,6	63	37,5

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

PARTE C – Recursos Humanos

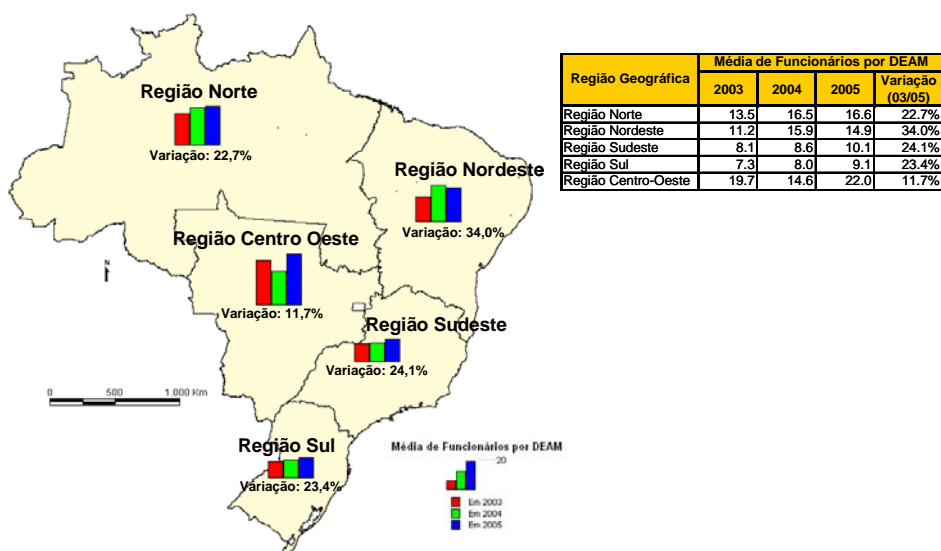
Conforme pode ser observado na tabela 7, o número médio de funcionários existentes nas DEAMs teve um acréscimo progressivo, nos últimos três anos, para quase todas as regiões geográficas consideradas. Na região norte, o número médio de funcionários passou de 13,5 para 16,6, entre 2003 e 2005. Nas regiões sudeste e sul, os acréscimos foram de, respectivamente, 8,13 para 10,09 e 7,34 para 9,06. Na região nordeste, o número médio observado para o ano de 2003 foi de 11 funcionários por DEAM, elevando-se para quase 16 servidores no ano posterior e decrescendo para 15, em 2005. Por fim, na região centro-oeste, as oscilações com relação aos números médios de funcionários existentes nas DEAMs se deu de modo inverso. Para o ano de 2003, foram verificados cerca de 20 servidores por unidade pesquisada, decrescendo, em 2004, para 14. Para 2005, houve um incremento, já que, neste ano, foi calculado o valor médio de 22 funcionários disponíveis por DEAM, maior valor observado para os três anos de referência da pesquisa.

Tabela 7: Distribuição do Efetivo das DEAMs por Região Geográfica (Brasil-2003/2005)

Região Geográfica	Número de Funcionários Existentes					
	2003		2004		2005	
	N. Abs	Média	N. Abs	Média	N. Abs	Média
Região Norte	420	13,55	429	16,50	349	16,62
Região Nordeste	435	11,15	476	15,87	284	14,95
Região Sudeste	1.276	8,13	1.262	8,59	1352	10,09
Região Sul	345	7,34	375	7,98	317	9,06
Região Centro-Oeste	315	19,69	262	14,56	308	22,00
Total de DEAMs	2.791	9,62	2.804	10,46	2610	11,70

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Variação da Média de Funcionários por Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher nas Regiões Geográficas do Brasil entre 2003 e 2005



Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

PARTE D - Capacitação

Houve uma estabilidade no número de DEAMs que ofereceram cursos de capacitação ou treinamento especializado para seus funcionários nos anos de 2003 e 2005. O ano de 2004 foi o

ano no qual o menor número de DEAMs promoveu esta atividade. Em 2003 e 2005, cerca de 36% das DEAMs ofertaram capacitação ou treinamento aos seus funcionários, e, em 2004, tal percentual foi de apenas 29%.

Tabela 8: Número de DEAMs que Ofereceram Cursos de Capacitação ou Treinamento Especializado para os seus Funcionários (Brasil-2003/2005)

Capacitação ou Treinamento	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	92	36,36	76	28,68	79	35,75
NÃO	161	63,64	189	71,32	142	64,25
Total	253	100,00	265	100,00	221	100,00

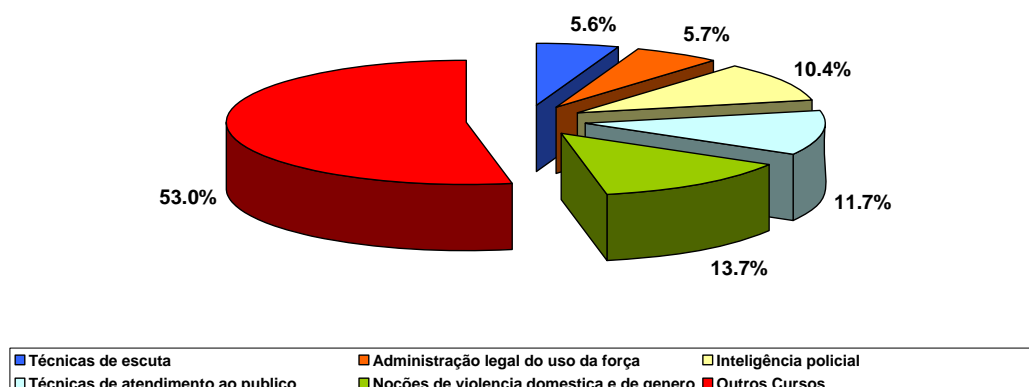
Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Tabela 9: Número de Profissionais Capacitados nos Cursos ou Treinamentos Especializados Oferecidos pelas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Temas de Capacitação ou Treinamento	2005	
	N. Alunos	%
Segurança do trabalho	0	0,0
Saúde ocupacional	0	0,0
Valorização profissional	41	4,7
Direitos humanos	19	2,2
Inteligência policial	91	10,4
Técnicas de investigação	41	4,7
Mediação de conflitos	12	1,4
Administração legal do uso da força	50	5,7
Técnicas de atendimento ao público	103	11,7
Noções de violência doméstica e de gênero	120	13,7
Técnicas de escuta	49	5,6
Análise estatística de dados criminais	9	1,0
Outros Cursos	343	39,1
Total de Alunos	878	100,0

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Percentual de alunos Capacitados por Tema das DEAMs no Brasil em 2005



Quanto aos temas de capacitação ou treinamento especializado, os temas mais frequentemente abordados foram os de “noções de violência doméstica e de gênero”, “técnicas de atendimento ao público” e “inteligência policial”, cada um deles ofertados a mais de 10% dos funcionários capacitados pelas DEAMs, em 2005. Em contrapartida, temáticas referentes à segurança no trabalho ou à saúde ocupacional não foram ofertados. Por fim, temáticas envolvendo “análise estatística de dados criminais”, “mediação de conflitos” e “direitos humanos” foram temáticas com valores de profissionais capacitados muito baixos.

PARTE E – Recursos Materiais Convencionais

E.1. Equipamentos

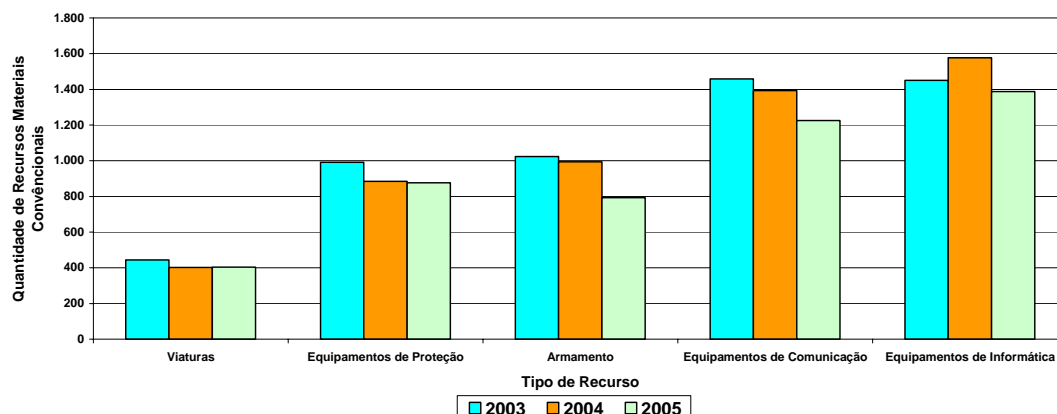
Tabela 10: Quantidade de Equipamentos Convencionais Existentes e em Condição de Uso nas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Tipos de Recursos	Quantidade de Recursos Materiais Convencionais					
	2003		2004		2005	
	N. Abs	Média	N. Abs	Média	N. Abs	Média
Viaturas	444	1,5	402	1,5	404	1,8
Equipamentos de Proteção	991	3,4	885	3,3	877	3,9
Armamento	1.024	3,5	994	3,7	794	3,6
Equipamentos de Comunicação	1.458	5	1.394	5,2	1.225	5,5
Equipamentos de Informática	1.450	5	1.577	5,9	1.387	6,2

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Nota-se que não houve oscilação na quantidade de equipamentos convencionais existentes e em condição de uso comparando-se os valores levantados pela pesquisa nos seus três anos de referência. Os números médios de viaturas, equipamentos de proteção, armamento e equipamentos de comunicação mantiveram-se constantes ao longo do período de levantamento das informações. A única exceção é a quantidade geral de equipamentos de informática, que elevou-se de 5 unidades por DEAM no ano de 2003 para 6 nos anos posteriores.

Quantidade de Recursos Materiais Convencionais por tipo de Recursos das DEAMs no Brasil em 2003, 2004 e 2005



Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

E.2. Interligação da Delegacia com Rede de Informática, Internet e INFOSEG

As tabelas de números 11, 12 e 13 apresentam os valores referentes à acessibilidade das DEAMs às redes informatizadas de comunicação. Comparando-se os anos de 2003, 2004 e 2005, as informações levantadas mostram que houve incremento gradual no acesso à intranet, à rede INFOSEG e à Internet nas Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher. Em 2003, 34% das DEAMs possuíam acesso à rede de informática (Intranet), subindo para 45%, em 2005. Quanto ao acesso à rede INFOSEG, o acesso era em 28% das DEAMs, em 2003, e passou para

42%. em 2005. Por fim, mais de 50% das DEAMs declararam, no ano de 2005, possuir acesso à Internet, que em 2003 era de apenas 34%.

Tabela 11: Número de DEAMs Interligadas à Rede de Informática (Brasil-2003/2005)

Interligada com Rede de Informática (Intranet)	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	97	33,80	107	40,53	99	44,59
NÃO	190	66,20	157	59,47	123	55,41
Total	287	100,00	264	100,00	222	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Tabela 12: Número de DEAMs com Acesso à Rede INFOSEG (Brasil-2003/2005)

Interligada com Rede INFOSEG	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	80	27,97	97	37,45	92	41,44
NÃO	206	72,03	162	62,55	130	58,56
Total	286	100,00	259	100,00	222	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Tabela 13: Número de DEAMs com Acesso à Internet (Brasil-2003/2005)

Possui Acesso à Internet	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	99	34,14	107	40,07	112	50,45
NÃO	191	65,86	160	59,93	110	49,55
Total	290	100,00	267	100,00	222	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

PARTE F – Custódia de Presos

F.1. Existência de Carceragem

A grande maioria das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher participante da pesquisa não dispõe de carceragem, sendo que os percentuais de existência declarada deste recurso diminuíram ao longo dos anos analisados. Em 2003, cerca de 80% das unidades que responderam ao questionário não possuíam carceragem, havendo um aumento gradual deste percentual que, em 2005, chegou a quase 88% das DEAMs.

Tabela 14: Existência de Carceragem nas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Possui Carceragem	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	58	20,35	47	17,67	27	12,16
NÃO	227	79,65	219	82,33	195	87,84
Total	285	100,00	266	100,00	222	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

F.2. Atividade de Custódia de Menor Infrator

O número de DEAMs que custodiam menor infrator é inferior ao número das que possuem carceragem. Em média, apenas uma em cada dez unidades pesquisadas executam tal atividade, havendo estabilidade dessa situação nos três anos de realização do levantamento.

Tabela 15: Número de DEAMs que Realizam Atividade de Custódia de Menor Infrator (Brasil-2003/2005)

Executa Atividade de Custódia de Menor Infrator	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
SIM	28	10,22	26	10,79	18	8,91
NÃO	246	89,78	215	89,21	184	91,09
Total	274	100,00	241	100,00	202	100,00

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

F.3. Capacidade da Carceragem e População Carcerária

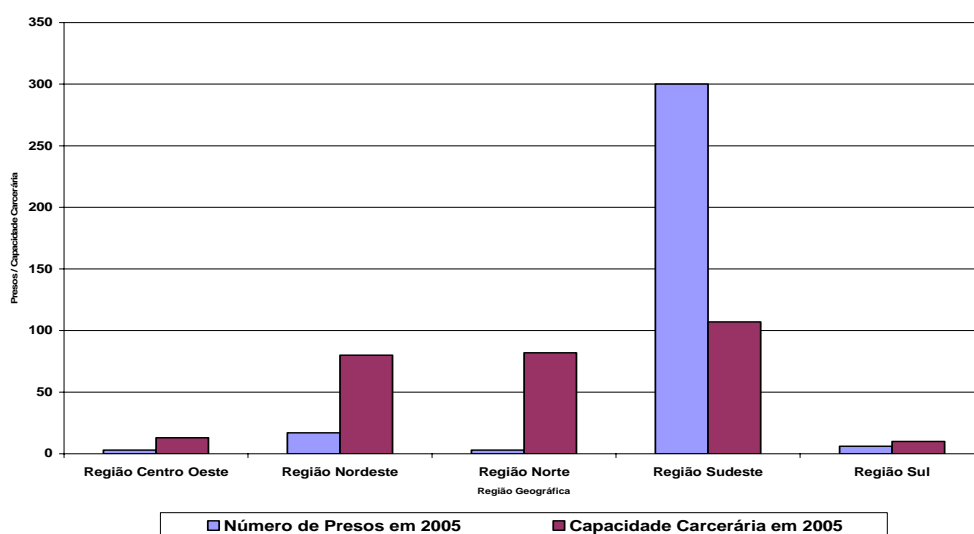
Na tabela 16, verificamos a capacidade da carceragem naquelas DEAMs que declararam ter esse recurso, bem como o número de presos no mês de dezembro dos respectivos anos de referência da pesquisa. Há uma grande diferença apresentada com relação ao número total de presos nas carceragens das unidades pesquisadas no ano de 2005 em comparação aos dois anos anteriores, embora os valores referentes à capacidade da carceragem tenham se mantido estáveis. Para os três anos, as carceragens poderiam receber, em média, 11 presos por DEAM. O número total de presos, entretanto, passou de 8,7, em 2003, e 11,6, em 2004, para 12,7, em 2005. Com relação ao número de presos nas DEAMs segundo situação de prisão, em dezembro de 2005, temos que 81% constituíam-se de presos provisórios, cerca de apenas 9% de presos julgados e aproximadamente 10% encontravam-se encarcerados por não haverem pago pensão alimentícia.

Tabela 16: Capacidade Total da Carceragem e Número de Presos nas DEAMs (Brasil-2003/2005)

Capacidade da Carceragem e População Carcerária	2003		2004		2005	
	N. Abs	Média	N. Abs	Média	N. Abs	Média
Capacidade da Carceragem	609	10.5	523	11.1	292	11.2
Número Total de Presos	502	8.7	543	11.6	329	12.7

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Número de Presos e a Capacidade Carcerária das Delegacias de Atendimento à Mulher nas Regiões Geográficas em 2005



Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Tabela 17: Número de Presos nas DEAMs segundo Situação de Prisão (Brasil-2003/2005)

Tipos de Situação de Prisão	2005	
	N. Presos	%
número de presos provisórios (prisão em flagrante e prisão cautelar)	832	80,9
número de presos julgados (cumprindo pena)	96	9,3
numeros de presos em cumprimento de mandado de prisão por falta de pagamento de pensão alimentícia	101	9,8
Total de Presos	1.029	100,0

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

PARTE G – Articulação com a Rede de Atendimentos

A situação da articulação das DEAMs com algumas instituições do sistema de justiça criminal ou aquelas que referem-se ao atendimento da mulher vitimada apresentou um quadro de estabilidade no período analisado. Em termos gerais, a articulação institucional boa ou ótima é mais presente, na maioria das DEAMs, com aqueles órgãos que constituem o sistema de justiça criminal ou o sistema público de saúde. Assim, a articulação com os IMLs ou DMLs, Hospitais, Conselhos Tutelares, Ministérios Públicos, Juizados Especiais Criminais, Defensorias Públicas, Varas da Infância e da Juventude e Varas de Família foi considerada ótima ou boa para mais de 60% das unidades pesquisadas. Os menores percentuais para esse tipo de avaliação referem-se à articulação com as Defensorias Públicas, considerada ótima ou boa para, em média, 55% das DEAMs nos três anos.

A relação inversa, ou seja, inexistência de articulação ou articulação péssima em mais de 60% das DEAMs pesquisadas, foi apontada com os serviços de SOS, as Casas Abrigo e as Organizações não Governamentais. Quanto aos Conselhos dos Direitos da Mulher e aos Postos ou Núcleos de Atendimento à Mulher, os percentuais referentes às delegacias que consideraram a articulação, ao longo dos anos de 2003 a 2005, inexistente ou péssima, decresceu consideravelmente. Em 2003, 65% das DEAMs tinham essa percepção sobre a articulação com o Conselho dos Direitos da Mulher, diminuindo para 54% no ano de 2005. Quanto aos Postos ou Núcleos de Atendimento à Mulher, esse tipo de avaliação foi declarada por 57% e 58% das DEAMs para os anos de 2003 e 2004, respectivamente, decrescendo para 53% no ano de 2005.

Tabela 18: Grau de Articulação entre as DEAMs e Instituições da Rede de Atendimento à Mulher onde a Articulação é Péssima ou Inexistente (Brasil-2003/2005)

Articulação Institucional Péssima ou Inexistente	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Casa de Abrigo	143	60,3	128	55,9	109	57,4
SOS	177	80,8	159	73,6	139	80,4
Conselho dos Direitos da Mulher	152	65	127	55,9	102	53,7
ONGs	158	70,2	150	71,1	130	72,6
Postos ou Núcleos de Atendimento à Mulher	129	57,1	129	58,6	96	53

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Tabela 19: Grau de Articulação entre as DEAMs e Instituições da Rede de Atendimento à Mulher onde a Articulação é Ótima ou Boa (Brasil-2003/2005)

Articulação Institucional Boa ou Ótima	2003		2004		2005	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
IML ou DML	212	76,5	187	73,3	163	77,3
Hospitais	193	68,7	170	65,4	156	71,6
Conselho Tutelar	243	85,6	222	83,8	177	80,1
Ministério Público	248	87,3	231	88,8	188	85,1
Juizado Especial Criminal	235	83,6	222	85,1	191	86,4
Defensoria Pública	140	54,9	148	60,9	111	55,2
Juizado Especial Civil	170	66,1	153	61,9	129	62,3
Vara da Infância e da Juventude	223	82,8	215	83,7	181	84,2
Vara da Família	167	64,7	152	63,6	128	62,7

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

PARTE H – Ações de Polícia Judiciária

A última parte do questionário da pesquisa aborda as ações de Polícia Judiciária notificadas durante os anos de referência. Em geral, todas as ações de polícia judiciária apresentaram aumento com referência aos valores médios, com exceção do número de atendimentos, que se manteve relativamente estável durante os três anos.

Tabela 20: Número de Ações de Polícia Judiciária segundo Tipo de Ação (Brasil-2003/2005)

Ações de Polícia Judiciária	2003		2004		2005	
	N. Abs	Média	N. Abs	Média	N. Abs	Média
Atendimentos	224.412	773,8	186.497	695,9	170.605	765,0
Registros de Ocorrências	379.815	1309,7	379.353	1415,5	392.784	1761,4
Termos Circunstanciados	199.702	688,6	198.346	740,1	202.118	906,4
Inquéritos Instaurados	25.689	88,6	22.592	84,3	23.238	104,2
Retirada de Queixas	11.713	40,4	10.226	38,2	28.915	129,7
Inquéritos Encaminhados à Justiça com Autoria Definida	20.368	70,2	20.872	77,9	20.423	91,6
Inquéritos Encaminhados à Justiça sem Autoria Definida	1.329	4,6	2.498	9,3	4.678	21,0

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Em 2003, foram 774 atendimentos, em média, por DEAM pesquisada, em 2004, 696, e, em 2005, 765. O número médio de registros de ocorrência saltou de 1310, em 2003, para 1761 em 2005. Quanto aos termos circunstanciados, foram 689, em 2003, e 906 em 2005. O número médio de inquéritos instaurados também apresentou aumento significativo, passando de 88, em 2003, para 104 em 2005. Os inquéritos encaminhados à justiça com autoria definida passaram de 70, em 2003, para 91 em 2005. Aquelas ações que tiveram maior aumento relativo foram a retirada de queixa, passando de 40 para 130 em apenas três anos, e os inquéritos encaminhados à justiça sem autoria definida, que chegou ao número de 21, em 2005, quando em 2003 foram declarados apenas 4,6 por unidade pesquisada.

Tabela 21: Número de Ocorrências Registradas pelas DEAMs segundo Tipo de Ocorrência (Brasil-2003/2005)

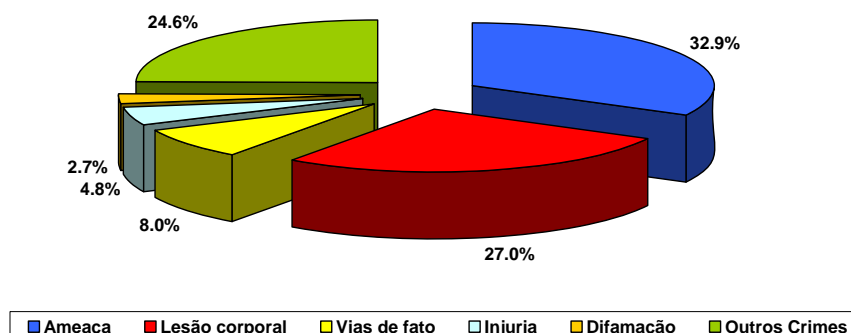
Ocorrências Registradas	2003			2004			2005		
	N. Ocor.	%	Média	N. Ocor.	%	Média	N. Ocor.	%	Média
ameaça	149.856	35,9	516,7	142.516	34,7	531,8	129.111	32,9	579,0
lesão corporal	125.393	30,1	432,4	124.155	30,3	463,3	106.073	27,0	475,7
vias de fato	33.617	8,1	115,9	34.701	8,5	129,5	31.591	8,0	141,7
injúria	21.462	5,1	74,0	23.045	5,6	86,0	18.870	4,8	84,6
calúnia	15.358	3,7	53,0	12.925	3,2	48,2	10.618	2,7	47,6
difamação	10.952	2,6	37,8	12.155	3,0	45,4	10.544	2,7	47,3
perturbação da tranquilidade	10.766	2,6	37,1	10.825	2,6	40,4	9.953	2,5	44,6
maus tratos	8.075	1,9	27,8	6.785	1,7	25,3	6.771	1,7	30,4
estupro	7.405	1,8	25,5	9.930	2,4	37,1	4.082	1,0	18,3
lesão corporal culposa	5.093	1,2	17,6	4.924	1,2	18,4	4.044	1,0	18,1
danos	4.103	1,0	14,1	5.089	1,2	19,0	3.846	1,0	17,2
atentado violento ao pudor	3.491	0,8	12,0	4.726	1,2	17,6	3.758	1,0	16,9
Outras Ocorrências	21.356	5,1	73,6	18.431	4,5	68,8	53.523	13,6	240,0
Total de Ocorrências	416.927	100,0	1437,7	410.207	100,0	1530,6	392.784	100,0	1761,4

Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Comparando-se o número de ocorrências registradas pelas delegacias pesquisadas durante os anos de 2003, 2004 e 2005, observamos uma certa estabilidade dos valores percentuais obtidos para os três anos. Os tipos de delitos mais recorrentes nas Delegacias de Atendimento à Mulher permanecem sendo a ameaça, a lesão corporal, vias de fato, a injúria e a difamação, que concentram conjuntamente, cerca de 80% das ocorrências atendidas. A distribuição do atendimento às outras modalidades de crime – perturbação da tranqüilidade, calúnia, lesão corporal culposa, atentado violento ao pudor, estupro, maus tratos, danos e outras ocorrências – fica diluída nos 20% restantes.

O número médio de ocorrências registradas por DEAM aumentou significativamente nos 3 anos. Os principais incrementos ocorreram nos seguintes crimes: ameaça, lesão corporal, vias de fato, injúria, difamação, maus tratos, danos e atentado violento ao pudor. As únicas reduções no número de médio de ocorrências registradas por DEAM foram para os estupros e calúnias.

Distribuição Percentual das Ocorrências Registradas nas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher por Tipo de Delito no Brasil em 2005



Fonte: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Conclusão

A análise do perfil das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em uma perspectiva temporal, de 2003 a 2005, nos traz algumas constatações importantes para direcionar o aperfeiçoamento das ações e políticas de segurança pública nesta área específica.

Conjugado a uma redução no número de DEAMs que possuem plantão 24 horas e salas especiais de atendimento para as vítimas (assistência social e orientação jurídica), observamos um incremento no número médio de profissionais por DEAM, incremento no número médio de todos os recursos materiais convencionais analisados (viaturas, equipamentos de proteção, armamento, equipamentos de comunicação e de informática) e um processo de informatização das DEAMs associado ao aumento do acesso das delegacias à Internet, interligação em intranets e acesso à rede INFOSEG.

Ao mesmo tempo que diminuí o número de DEAMs que possuem carceragem e o número de DEAMs que executam custódia de menor infrator, verificamos uma estabilidade na capacidade de carceragem e um incremento significativo no número de presos, que em sua maior parte são presos provisórios (prisão em flagrante e prisão cautelar). Em 2005, o problema da super-lotação se agrava muito.

As mudanças observadas na articulação entre as DEAMs e as instituições da rede de atendimento à mulher nos permitem perceber que a articulação com Casa de Abrigo, Conselhos de Direitos da Mulher e Postos ou Núcleos de Atendimento à Mulher, que era considerada péssima ou inexistente, melhorou significativamente no período analisado. A articulação com ONGs, que já era considerada ruim, piorou mais ainda. Por outro lado, entre as organizações do sistema de segurança pública e justiça criminal, que as DEAMs tipicamente possuem uma relação considerada muito boa, houve piora na articulação com os conselhos tutelares, ministérios públicos, juizados especiais civis e varas da família e melhora da articulação com hospitais, juizado especial criminal e vara da infância e juventude.

Por fim, em relação as ações executadas pelas DEAMs, verificamos que, apesar da redução do número de atendimentos realizados, houve aumento significativo de todas as outras atividades executadas: ocorrências registradas, termos circunstanciados, inquéritos instaurados e concluídos e retiradas de queixas. O aumento de ocorrências registradas foi determinado principalmente pelo aumento do registro dos seguintes crimes: ameaça, injúria, vias de fato, difamação, perturbação da tranquilidade e danos.